

## Línguas minoritárias

**Bernardo Kolling Limberger<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil

**Sebastian Kürschner<sup>2</sup>**

Universidade Católica de Eichstätt-Ingolstadt, Eichstätt, Baviera, Alemanha

**Cléo Vilson Altenhofen<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

**Isabella Mozzillo<sup>4</sup>**

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

Tradução de

**Gabriel Placido Campos<sup>5</sup>**

Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

### Apresentação

Línguas minoritárias não são definidas facilmente. Nesta edição, as línguas minoritárias (por vezes minorizadas) são consideradas como línguas ou variedades utilizadas em situações nas quais outras línguas são percebidas como socialmente dominantes. No Brasil, por exemplo, essa definição contempla desde línguas indígenas, afrodescendentes e línguas de imigração até línguas de sinais e crioulas.

Línguas minoritárias são definidas pela Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias (CONSELHO DA EUROPA, 1992; cf. também PASIKOWSKA-SCHNASS, 2016) como línguas que são tradicionalmente usadas por um grupo menor do que o restante da população de um território onde a língua oficial é diferente da língua usada por esse grupo. No entanto, em relação aos artigos publicados nesta edição, é necessário ampliar essa definição. De

---

<sup>1</sup> Doutorado em Letras (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS). Professor Adjunto na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5504-2361>. E-mail: [limberger.bernardo@gmail.com](mailto:limberger.bernardo@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutorado em Linguística Germânica e Escandinávia (Albert-Ludwigs-Universität Freiburg im Breisgau). Professor Titular de Linguística Alemã na Universidade Católica de Eichstätt-Ingolstadt. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6364-045X>. E-mail: [sebastian.kuerschner@ku.de](mailto:sebastian.kuerschner@ku.de).

<sup>3</sup> Doutorado em Estudos Alemães (Johannes Gutenberg-Universität de Mainz). Professor Titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Letras. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7465-6542>. E-mail: [cleo.altenhofen@ufrgs.br](mailto:cleo.altenhofen@ufrgs.br).

<sup>4</sup> Doutorado em Letras (PUCRS). Professora Titular na UFPEL, PPGL. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8445-9174>. E-mail: [isabellamozzillo@gmail.com](mailto:isabellamozzillo@gmail.com).

<sup>5</sup> Graduando em Letras - Tradução Inglês-Português (UFPEL). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0092-9437>. E-mail: [gaplacido@hotmail.com](mailto:gaplacido@hotmail.com).

acordo com Altenhofen (2013, p. 94), definimos a língua minoritária como oposta a uma língua majoritária (a qual é compreendida como "ordinária" e "comum"), por estar em uma posição periférica em relação às línguas majoritárias. No Brasil, por exemplo, português é a língua oficial da maioria dos brasileiros e, como tal, é utilizada na mídia, na educação formal e em processos jurídicos. Portanto, a língua portuguesa se situa claramente em uma posição majoritária quando contrastada com todas as 238 línguas faladas no Brasil – segundo o Ethnologue (EBERHARD; SIMONS; FENNIG, 2020). A Libras, Língua Brasileira de Sinais (BRASIL, 2002), que é reconhecida como uma língua legítima de comunicação pelos surdos, é também usada por uma minoria social e encarada como bastante periférica em contraste com o português, razão pela qual a Libras é considerada uma língua minoritária.

As línguas minoritárias não constituem um grupo homogêneo de línguas: algumas podem compartilhar o *status* cooficial com a língua majoritária nas suas respectivas regiões e estarem presentes nos contextos educacionais e formais; outras são mais restritas. Algumas possuem uma longa tradição em uma determinada região, outras refletem apenas um período bastante curto de tempo de uso. Algumas estão relacionadas a processos de migração (línguas africanas e europeias no Brasil), outras não (línguas indígenas). Algumas são regionais, outras não. Algumas só existem como línguas minoritárias (atualmente, línguas indígenas no Brasil), outras são línguas minoritárias em determinados estados ou regiões, mas são línguas majoritárias em outros (por exemplo, alemão, polonês ou italiano no Brasil em comparação com seus *status* em alguns países europeus). As línguas minoritárias compartilham características com dialetos, ao serem frequentemente marcadas pela presença de algum tipo de subordinação à língua majoritária ou à variedade padrão (ALLARDT, 1984). Além disso, as línguas minoritárias estão, muitas vezes, ligadas ao bilinguismo e ao multilinguismo, visto que é cada vez mais improvável encontrar falantes monolíngues de uma língua minoritária.

Esta edição tem como objetivo focar línguas minoritárias e aumentar sua visibilidade com uma série de estudos relativos a diferentes línguas minoritárias: línguas indígenas, línguas de imigração, línguas crioulas, variedade indígena do português e línguas de sinais (emergentes). A maioria das línguas minoritárias contempladas neste número estão localizadas no Brasil, mas esta edição também inclui línguas de outros continentes, como a África, a Ásia e a Europa. As seguintes línguas são abordadas nesta edição: Aikanã, Polonês, Pomerano, Hunsrückisch/hunsriqueano, Boêmio, Cena, Wa'ikhana, Português sateré-mawé, Libras, Talian, Karajá, Kaboverdiano, Português Tapuia, Akwẽ, Pyhcop Cati-ji, Apinayé, Apyãwa, Iny, Itya Mahãdu, Krahô, Árabe libanês, Kheuól, Língua Angolana de Sinais, Língua Gestual Cabo-verdiana, Língua Gestual Guineense, Língua Moçambicana de Sinais, Língua Gestual Portuguesa, Língua Gestual de São Tomé e Príncipe, Língua Gestual Timorense, Hací e Japonês.

Recebemos um elevado número de submissões que foram submetidas ao processo de avaliação por pares anônima. Esse grande número de submissões reflete a vasta gama de perspectivas a partir das quais línguas minoritárias podem ser investigadas e que essas línguas são uma fonte frutífera de pesquisa considerando diferentes temas, métodos e teorias. Os 23

artigos publicados foram aprovados por dois avaliadores e refletem a política de multilinguismo da Revista *Linguagem & Ensino*, por serem escritos em português, inglês e alemão.

Os artigos documentam principalmente estudos empíricos, mas também teóricos, e foram categorizados em cinco grupos. O primeiro grupo contém estudos sobre aspectos fonéticos e fonológicos de línguas minoritárias e sobre bilinguismo que envolve uma língua minoritária (estudos sobre contato linguístico). O segundo grupo abarca artigos sobre aspectos sintáticos e lexicais de línguas minoritárias, considerando as perspectivas geolinguística, de contato linguístico, estrutural e sociolinguística. O terceiro grupo de estudos examina características específicas do bilinguismo (língua minoritária e majoritária), tais como *code-blending* e *code-switching*. O quarto grupo inclui artigos sobre o ensino e aprendizagem de línguas (tanto línguas minoritárias quanto línguas em contato em diversos contextos). Os artigos que encerram a edição abordam política linguística e revitalização.

O primeiro artigo publicado neste volume reporta um estudo teórico sobre o sistema vocálico fonológico da língua indígena brasileira **Aikanã**. Com base em estudos prévios, *Patrícia Tondineli* mostra um complexo sistema vocálico dessa língua fortemente ameaçada de extinção, com cerca de apenas 200 falantes. O segundo artigo focaliza o segmento fonético /l/ produzido por bilíngues de uma comunidade brasileira de falantes do **polonês** como língua de imigração. *Giovana Ferreira-Gonçalves* e *Aline Rosinski* apresentam análises acústicas e articulatórias da consoante lateral em posição pós-vocálica por meio de imagens de ultrassom. As autoras mostram que o segmento é característico da língua de imigração. O terceiro artigo relata um estudo conduzido por *Felipe Bilharva da Silva*, que teve como objetivo investigar a influência do **pomerano** – uma língua de imigração baixo-alemã usada no Brasil – na produção de vogais suarabácticas da variedade do português falado em uma comunidade de origem pomerana. As vogais investigadas se encontram em encontros consonantais com [l] ou [r]. Os resultados confirmam a influência pomerana na produção de vogais suarabácticas. O último artigo desta categoria é também sobre contato linguístico. *Claudia Camila Lara* analisa processos de dessonorização em oclusivas na produção de uma variedade do português influenciada pelo contato com a língua de imigração alemã **Hunsrückisch**. A autora estuda a relação entre as atitudes linguísticas e a variação na produção de oclusivas, identificando de fatores relevantes neste contexto, como escolaridade e cultura.

**Hunsrückisch** também é o foco do primeiro artigo do segundo grupo de estudos. O artigo de *Fernando Hélio Tavares de Barros* analisa a variação lexical, identificando 34 variantes que significam "abóbora" no repertório lexical do Hunsrückisch, indicando o contato linguístico e os neologismos como mecanismos de expansão do léxico. Variedades **boêmias** do alemão são o foco do próximo artigo. *Sebastian Kürschner* e *Angélica Prediger* analisam dados de comunidades gaúchas de imigração do norte da Boêmia. Os autores documentam um estudo sobre variação lexical, incluindo dados de elicitación e meta-comentários, os quais demonstram que situações complexas de contato linguístico moldam o desenvolvimento das variedades.

O próximo artigo apresenta uma descrição preliminar da estrutura linguística da **Cena**, língua de sinais emergente no interior do Piauí (Brasil), usada por aproximadamente 30 pessoas. *Anderson Almeida-Silva* e *Andrew Ira Nevins* descrevem de forma preliminar o léxico, a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a variação da língua e apontam direções para pesquisas futuras. Em seguida, o artigo escrito por *Bruna Cezario* analisa o complexo fenômeno linguístico da evidencialidade na língua indígena **Wa'ikhana** (Tukano Oriental), falada por cerca de 1800 indivíduos no Brasil. Empregando dados primários qualitativos e análise de corpus, o estudo classifica os evidenciais da língua Wa'ikhana em quatro categorias, com base em critérios semânticos e sintáticos, e destaca as diferentes funções desses elementos. *Hellen Cristina Picanço Simas* e *Dante Lucchesi* se concentram em outra variedade indígena, o **português sateré-mawé**, de uma comunidade da Amazônia brasileira. Os autores identificam traços morfossintáticos dessa variedade que deriva, supostamente, de contato linguístico. O artigo também fornece uma descrição socioeconômica, demográfica e etnográfica do povo Sateré-Mawé e discute o conceito do português indígena.

O terceiro grupo de estudos inicia com um artigo escrito por *Sabine Gorovitz* e *Leydiane Ribeiro Duarte*. Com base na sociolinguística, as autoras analisam as ocorrências de *code-blending* em bilíngues de **Libras**-português. As autoras apresentam dados de produção linguística espontânea extraídos de vídeos de acesso público, identificando fatores sociolinguísticos que influenciam o uso de *code-blending*. O *code-switching* também é um fenômeno comum no uso de línguas minoritárias. *Ariela Fátima Comiotto*, *Mailce Borges Mota* e *Eduardo Correa Soares* investigam falantes do **Talian**, uma língua de imigração brasileira. Para analisar os custos de processamento das práticas de *code-switching*, os autores desenvolveram uma tarefa de nomeação de figuras, na qual os participantes eram solicitados a dar nomes às figuras numa determinada língua (indicada por uma bandeira), usando ou não *code-switching*. Os resultados sugerem que, quando duas línguas estão livremente disponíveis a um falante, o custo do processamento da língua de herança é menor, refletindo o uso linguístico mais comum na comunidade.

O quarto grupo de estudos inclui artigos sobre ensino e aprendizagem de línguas. *Caroline Pereira de Oliveira*, *Rogério Vicente Ferreira* e *Vanessa Hagemeyer Burgo* discutem o processo de aquisição do **Karajá** como L2. Os autores observam práticas bilíngues na comunidade e destacam as ações promovidas pelo povo Karajá para a manutenção da língua, da cultura, dos valores, das tradições e dos conhecimentos. O Karajá, uma língua étnica brasileira, é adquirido tanto em espaços sociais especializados quanto em contexto informal. No próximo artigo deste grupo temático, *Isaias dos Santos Ildebrand*, *Cátia de Azevedo Fronza* e *Simone Weide Luiz* relatam um estudo sobre uma atividade docente em aulas de Língua Portuguesa, integrando a língua minoritária **Libras** nas aulas de português. Os estudantes e professores foram mobilizados a solucionar problemas utilizando Libras e *design thinking*. Em outro estudo incluindo **Libras**, *Quintino Martins de Oliveira* e *Francisco José Quaresma de Figueiredo* analisam as interações entre estudantes ouvintes e surdos para identificar as estratégias que os ouvintes utilizaram para auxiliar os surdos na aprendizagem do português

escrito durante sessões de tandem presenciais. Além disso, foi estudada a percepção dos alunos surdos sobre sua participação nessas sessões. Os resultados indicam que a abordagem do tandem é favorável ao processo de tutoria de português para surdos. O estudo realizado por *Tânia Ferreira Rezende* e *Eunice da Rocha Moraes Rodrigues* teve como objetivo discutir a situação do Português Intercultural (língua das relações interculturais entre diversas tribos) no curso de Educação Intercultural de uma universidade brasileira. As línguas incluídas na pesquisa são o português Tapuia (Tapuia), o Akwẽ (Xerente), o Pyhcop Cati-Ji (Gavião), o Apinayé (Apinajé), o Apyãwa (Tapirapé), o Iny (Karajá), o Itya Mahãdu (Javaé) e o Krahô (Krahô). Os resultados mostram que o diálogo intercultural decolonial nas relações de poder linguístico está relacionado às estratégias de dominação das forças dominantes.

No próximo artigo, *Ronny Beckert* analisa a introdução polêmica da língua crioula **Kabuverdianu** no sistema educacional de Cabo Verde, com base em respostas a um questionário *online* e em comentários de leitores de artigos *online*. Em outro artigo sobre a inserção de uma língua em contextos específicos, *Neiva de Aquino Albres* discute sobre a **Libras**, visando a investigar os diferentes espaços para Libras nas performances artísticas, bem como na tradução e nos processos de interpretação. Os resultados mostram um crescimento no contexto artístico-cultural como campo de atuação para surdos e usuários de Libras em Florianópolis, Brasil. No último artigo deste grupo, *Cristiane Horst* e *Marcelo Jacó Krug* debatem os desafios de ser plurilíngue desde a infância (por exemplo, mitos sobre o bilinguismo, preconceitos linguísticos e falta de política linguística) com base em um estudo de caso no qual o **Hunsrückisch** se situa em contato com o alemão como uma língua estrangeira e com o português.

No último grupo de artigos, *Isabella Mozzillo* e *Karen Pupp Spinassé* apresentam os resultados de uma pesquisa realizada com cinco indivíduos bilíngues, em que cada um fala uma língua minoritária brasileira: **polonês, hunsrückisch, pomerano, talian e árabe libanês**. Com base nos resultados de um questionário ou uma entrevista, as autoras sugerem que as ideologias e políticas linguísticas podem estar sob a influência de mitos e conceitos que atribuem *status* negativo à língua minoritária. Em outro estudo sobre política linguística, no qual os autores investigam a língua indígena **kheuól**, *Romário Duarte Sanches* e *Kelly Cristina Nascimento Day* discutem as diferentes políticas linguísticas nas aldeias localizadas na região fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Os resultados da análise fornecem informações valiosas e úteis para autoridades sobre as práticas linguísticas e a manutenção do **kheuól**. No artigo seguinte, *Fabiany Corrêa Basoni* e *Pedro Henrique Witches* abordam políticas públicas para surdos em países lusófonos, analisando documentos oficiais que regulam as seguintes línguas de sinais em oito países: **Libras, Língua Angolana de Sinais, Língua Gestual Cabo-verdiana, Língua Gestual Guineense, Língua Moçambicana de Sinais, Língua Gestual Portuguesa, Língua Gestual de São Tomé e Príncipe e Língua Gestual Timorense**. Os resultados mostram que as línguas de sinais permanecem invisíveis em alguns países. Além disso, seu uso e ensino ainda não são legalmente amparados. O estudo realizado por *Teresa Wai See Ong* está relacionado à manutenção linguística da língua **Hacá** na Malásia, onde são

faladas 134 línguas (EBERHARD; SIMONS; FENNIG, 2020). A autora analisa as práticas linguísticas, as ideologias e as iniciativas da comunidade para manter a língua em Penang e fornece *insights* sobre o uso e as perspectivas da manutenção linguística. Por último, mas não menos importante, o artigo de *Leiko Matsubara-Morales* oferece um panorama histórico do japonês como língua de imigração no Brasil. A autora investiga o ensino da língua japonesa como língua de herança e língua estrangeira no Brasil em relação aos aspectos culturais. O artigo situa a realidade do ensino de japonês além de fazer sugestões para uma futura agenda de políticas educacionais, incluindo os efeitos da tecnologia e da globalização.

Esperamos que os artigos publicados nesta edição ajudem a aprofundar a compreensão da diversidade de tópicos, línguas, áreas, abordagens e métodos de pesquisa que estão vinculados às línguas minoritárias. Além disso, esperamos que os temas aqui apresentados estimulem pesquisas sobre línguas minoritárias por pesquisadores em diferentes estágios de suas carreiras e pertencentes às mais diversas áreas de pesquisa, além de ajudar a conectar pessoas, estabelecendo e aprofundando colaborações. Agradecemos aos autores por suas significativas contribuições, aos revisores por suas valiosas avaliações e seus comentários inspiradores e aos leitores por se interessarem por tema tão amplo e fascinante.

## Referências

ALLARDT, E. What constitutes a language minority? *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 5, n. 3-4, p. 195–205, 1984.

<https://doi.org/10.1080/01434632.1984.9994151>

ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TÍLIO, R; ROCHA, C. H. (Org.) *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 93–116.

BRASIL. *Lei nº 10436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 2002, 181º da Independência e 114º da República.

CONSELHO DA EUROPA. *European charter for regional or minority languages*. European Treaty Series, n. 148, p. 1-14, 1992.

EBERHARD, D. M.; SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (eds.). 2020. *Ethnologue: Languages of the World*. ed. 23. Dallas, Texas: SIL International. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/country/BR>. Acesso em: 1 set. 2020.

PASIKOWSKA-SCHNASS, M. Regional and minority languages in the European Union. *European Parliamentary Research Service*, p. 1–12, 2016.